

## **CURRICULUM VITAE**

## **JORGE LAFAYETTE PINTO GUIMARÃES**

Filho de Miguel Buarque Pinto Guimarães e Zilda Lafayette Pinto Guimarães, nasceu no Rio de Janeiro, RJ, a 08 de setembro de 1917. Casou-se com Anna Augusta Pacheco Pinto Guimarães, união matrimonial da qual vieram os filhos: Anna Maria Pinto Guimarães e Elizabeth Maria Pinto Guimarães Ventura.

- Bacharel em Direito pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, havendo colado grau em dezembro de 1938;

- Inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do antigo Distrito Federal, em janeiro de 1939, exerceu a Advocacia, ininterruptamente, até abril de 1967;

- 3º Suplente de Pretor da Justiça do antigo Distrito Federal (1939/1940);

- Sócio efetivo do Instituto dos Advogados Brasileiros desde novembro de 1939, onde exerceu os cargos de Suplente de Secretário (1944/1946), 4º Secretário (1950/1952) e de 2º Vice-Presidente (1962/1964);

- Membro da Comissão Julgadora dos Concursos Jurídicos do Instituto dos Advogados Brasileiros (1959);

- Membro da Comissão de Assistência Jurídica da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do antigo Distrito Federal, no biênio 1953/1955;

- Como representante da Ordem dos Advogados do Brasil, integrou a Comissão de Inscrição e Títulos, nos concursos para Juiz Substituto do então Distrito Federal e dos Territórios, realizada em 1955/1959;

- Foi designado pelo Desembargador Corregedor da Justiça do antigo Distrito Federal, em 1958, para integrar a Comissão designada para elaborar o novo Regimento de Custas;

- Integrou o Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil, do Estado da Guanabara, nos biênios 1955/1957 e 1957/1959;

- Classificado pelo Tribunal de Justiça do antigo Distrito Federal, em lista triplíce, para nomeação como Desembargador, havendo sido o mais votado, em abril de 1959;

- Juiz Suplente do Tribunal Regional Eleitoral do antigo Distrito Federal, no biênio 1957/1959, na categoria de "Jurista";

- Juiz efetivo do Tribunal Regional Eleitoral do antigo Distrito Federal, no biênio 1959/1961, na Categoria de "Jurista";

- Conselheiro, fazendo parte da Comissão de Sindicância do Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil, do Estado da Guanabara, nos biênios 1957/1959 e 1959/1961;

- Representou a Ordem dos Advogados do Brasil na Comissão Examinadora do concurso para Procurador do Estado da Guanabara, realizado em 1962/1963;

- Fez parte da Comissão Examinadora do Concurso para Defensor Público da Justiça da Guanabara, em 1963;

- Presidente do Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil, Estado da Guanabara, no biênio 1963/1965;

- Como ex-Presidente do Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil, do Estado da Guanabara, passa a integrar o mesmo Conselho, na qualidade de seu membro nato;

- Integrou a Comissão Examinadora do Concurso para Professor Catedrático de Direito Processual Civil, na Faculdade de Direito da Universidade do Estado da Guanabara, em 1964, por designação do respectivo Conselho Departamental;

- Consultor Jurídico da Eletrobrás, de outubro de 1964 a abril de 1967;

- Membro do Conselho Superior do Instituto dos Advogados Brasileiros (1965/1967), passando a Sócio Avulso em 1967, ao ser nomeado Juiz;

- Integrou a Comissão Examinadora do Concurso para Livre-Docência de Direito Comercial na Faculdade de Direito da Universidade do Estado da Guanabara, em março de 1965, por designação do respectivo Conselho Departamental;

- Classificado pelo Tribunal de Justiça do antigo Distrito Federal, em lista tríplice, para nomeação como Desembargador pela classe dos Advogados, em maio de 1965;

- Sócio Fundador da Seção Brasileira da Associação Internacional de Direito do Seguro, no qual exerceu a Presidência;

- Sócio Fundador da Sociedade Brasileira de Direito Processual Civil, Seção do Estado da Guanabara;

- Sócio da Associação de Direito Internacional (Seção Brasileira da "International Law Association");

- Nomeado Juiz Federal da 2ª Vara da Seção Judiciária do Estado da Guanabara, em 14 de março de 1967, tomou posse em 25 de abril seguinte;

- Como Juiz Federal, esteve em exercício, por convocação, no Tribunal Federal de Recursos, de abril de 1969 a dezembro do mesmo ano;
- Juiz efetivo do Tribunal Regional Eleitoral da Guanabara, para o biênio 1969/1971;
- Ministro do Tribunal Federal de Recursos, para o qual foi nomeado por Decreto de 12 de maio de 1971, tomando posse a 27 do mesmo mês;
- Eleito Membro Suplente do Conselho da Justiça Federal, para o biênio 1971/1973;
- Eleito Diretor da Revista do Tribunal Federal de Recursos, para o biênio 1971/1973;
- Designado pela Resolução nº 17, de 14/12/1971, do Tribunal Federal de Recursos, para presidir a Comissão Examinadora do 1º Concurso de Juiz Federal Substituto da Justiça Federal de Primeira Instância;
- Eleito Membro efetivo do Conselho da Justiça Federal para o biênio 1973/1975;
- Eleito membro suplente do Tribunal Superior Eleitoral e
- Eleito membro suplente do Conselho da Justiça Federal para o biênio 1977/1979.

#### **TRABALHOS PUBLICADOS NO REPERTÓRIO ENCICLOPÉDICO DO DIREITO BRASILEIRO**

- Apólice de Seguro, Vol. 4, pág. 18/32;
- Apuração de Haveres, Vol. 4, págs. 68/79;
- Assistência (Processo Civil), Vol. 4, págs. 337/355;
- Beneficiário, Vol. 5, págs. 370/378;
- Boa Fama, Vol. 6, págs. 64/66;
- Caução às Custas, Vol. 7, págs. 394/405;
- Código de Processo Civil, Vol. 9, págs. 255/261;
- Coisa Julgada, Vol. 9, págs. 281/288;
- Confissão (Processo Civil), Vol. 11, págs. 30/43;
- Contestação da Lide, Vol. 12, págs. 144/150;
- Contumácia, Vol. 13, págs. 28/34;

- Cumulação de Ações, Vol. 14, págs. 103/105;
- Cumulação de Pedidos, Vol. 14, págs. 106/109;
- Delegação de Jurisdição, Vol. 15, págs. 156/157;
- Dependência, Vol. 15, págs. 200/201;
- Depósito, Vol. 15, págs. 206/209;
- Depósito Preparatório, Vol. 15, págs. 209/212;
- Dúvida, Vol. 19, págs. 197/200;
- Forma, Vol. 23, págs. 102/103;
- Hora Certa (Citação com), Vol. 25, págs. 137/142;
- Incomunicabilidade (no Direito Civil), Vol. 26, págs. 299/303;
- Instrumento, Vol. 27, págs. 291/293;
- Interesse, Vol. 28, págs. 1/3;

#### **TRABALHOS PUBLICADOS EM OUTRAS FONTES**

- Duplicidade de Transcrição do mesmo Título no Registro de Imóveis – Processo para cancelamento, in *Revista do Direito Imobiliário Brasileiro* Vol. 26; págs. 207/211;
- Cláusula Proibitiva de Segunda Hipoteca – *Revista do Direito Imobiliário Brasileiro*, Vol. 29, págs. 173/177;
- A Cessão de Grau no Direito Hipotecário Brasileiro – *Revista de Direito Imobiliário Brasileiro*, Vol. 28, págs. 3/9;
- O Suicídio no Seguro de Vida – *Revista do Instituto de Resseguros do Brasil*, nº 148, págs. 19/27;
- Considerações sobre a Justiça Federal de Primeira Instância – *Revista de Direito da Procuradoria Geral da Guanabara*, Vol. 17, págs. 43/51;
- A Ação Executiva no Vigente Código de Processo Civil (de 1939) – *Revista do Instituto dos Advogados Brasileiros*, Vol. 7, nº 32, págs. 85/99;
- A Aplicação da CLT a Servidores da União, Autarquias e Empresas Públicas Federais – *Revista de Comemoração do Sesquicentenário da Fundação dos Cursos Jurídicos no Brasil*, págs. 55/68;
- Aposentou-se no cargo de Ministro do Tribunal Federal de Recursos, em 04 de julho de 1978;
- Faleceu no dia 17 de abril de 1998.